

FRANÇOISE GASPARD

École des Hautes Études en Sciences Sociales e Centre d'Analyses
et d'Intervention Sociologiques, Paris

Invisíveis, diabolizadas, instrumentalizadas: figuras de mulheres migrantes e das suas filhas na Europa

83

Os países europeus de imigração passaram, em poucos anos, de uma atitude de indiferença em relação às mulheres migrantes — uma indiferença que tem ocultado a realidade de uma migração feminina diversificada e especialmente de uma migração feminina autónoma — para uma atitude de interesse expressa através de duas representações contraditórias. Por um lado, as mulheres são vistas como portadoras de tradições, o que presumivelmente prova a impossibilidade de integração numa sociedade diferente (as muçulmanas que usam véu, por exemplo). Por outro lado, são vistas como agentes da integração: os estados fazem-lhes apelos para pacifi-

carem conflitos, para servirem de mediadoras entre as suas comunidades e a sociedade. Em ambos os casos são sem dúvida tomadas em conta, mas são vistas como mulheres e não como pessoas.

A autora situa esta visão das mulheres migrantes dentro da questão mais lata da migração das mulheres, que é muito mais complexa nas suas motivações do que tem sido considerado. A integração da migração das mulheres no contexto geral dos fenómenos migratórios permite-nos revelar não só estratégias sexualmente diferenciadas, como também reacções por parte das populações autóctones que diferem segundo o sexo do/a migrante.

O rosto do migrante, na Europa ocidental, é o rosto de um operário, de um homem portanto. A imigração, na nossa história recente, foi durante muito tempo concebida e entendida como uma imigração do trabalho nos campos e nas fábricas e, por isso mesmo, como uma imigração masculina. A abundante literatura histórica e sociológica sobre as migrações raramente trata das mulheres. Quando as evoca, representa-as na figura das esposas que se vão juntar ao marido cuja estadia no estrangeiro se prolonga, não como indivíduos autónomos, e muito menos como actores sociais.

Recentemente, por razões que se prendem principalmente com a sedentarização de uma imigração de características familiares, a questão das mulheres migrantes e das suas filhas passou a suscitar interesse. Trabalhadores, que no passado eram vistos como temporários, afinal têm mulheres e até filhas. E, para grande surpresa, começa a descobrir-

-se que há mesmo mulheres que passaram, e que, sozinhas, continuam a passar fronteiras em busca de trabalho ou de liberdade, por vezes das duas coisas. O interesse pelas mulheres migrantes é suscitado pela sua emergência na cena social. Ignoradas no passado, preocupam-nos quando são co-esposas de polígamos, ou quando usam o chamado lenço «islâmico». Mas por outro lado também nos tranquilizam: não poderão ser elas as agentes silenciosas da integração?

O meu interesse pessoal por este assunto não foi, inicialmente, de ordem académica. Cresci numa pequena cidade francesa¹, Dreux, que acolheu numerosos estrangeiros. A minha primeira experiência militante fi-la na alfabetização de mulheres estrangeiras, principalmente portuguesas e jugoslavas. Entre 1977 e 1983, fui presidente da Câmara dessa cidade e vi-me confrontada com as questões levantadas pelo que foi chamado «reagrupamento familiar» — o que quer dizer, na maior parte dos casos, a chegada das mulheres e dos filhos — provocada pelo encerramento das fronteiras aos trabalhadores estrangeiros, a crise económica e a ascensão da xenofobia. Esta cidade constituiu um verdadeiro campo experimental para a extrema direita, que, por ocasião das eleições municipais parciais em 1983, conseguiu uma implantação eleitoral que viria depois a confirmar no resto do território.

Com base em relatórios e comunicações solicitadas por diversas instituições e apresentadas no âmbito de seminários e colóquios, propomo-nos apresentar aqui uma reflexão sobre esta questão específica — a emergência das mulheres migrantes no espaço e no debate público. Baseia-se sobretudo no exemplo francês e trata em especial das mulheres migrantes não europeias. Não trata das refugiadas e das mulheres forçadas ao exílio por se verem ameaçadas, enquanto mulheres, no seu país, por ser esta uma questão sobre que nunca trabalhei.

A longa invisibilidade das estrangeiras no discurso científico e no debate público sobre a imigração

O longo silêncio que envolve a presença das estrangeiras nos países europeus de imigração pode explicar-se por razões que se prendem com a concepção da imigração nos países de acolhimento e com a especificidade dos processos migratórios das mulheres, os quais nunca foram objecto de

¹ Ver Françoise Gaspard, *Madame le...* (1997) e *Une petite ville en France* (1991).

atenção especial porque as mulheres nunca foram consideradas sujeitos autônomos.

A partir do séc. XIX, os países europeus construíram-se como Estados-nações que definiram os seus nacionais quer a partir da filiação, quer pela pertença a uma cultura comum. A Europa ocidental, com excepção da França, sempre foi mais terra de emigração que de imigração. O estrangeiro, mesmo em França, nunca foi considerado como um potencial candidato à entrada na nação, mas sim como um visitante ou um hóspede temporário. Massimo Levi-Bacci sublinha que não existe na Europa uma «ideologia positiva da imigração», ao contrário do que se passa, por exemplo, na América ou na Austrália. «Esta diferença molda a opinião pública e, em última instância, as próprias políticas nacionais», afirma (1993: 39-50). De um modo geral, a estadia do estrangeiro nos nossos países tem sido entendida como temporária. Como observam Yann Moulrier Boutang e Demetrios Papademetriou, por temporário «deve sobretudo entender-se, não aquilo que a Organização das Nações Unidas classifica como estadia inferior a um ano, mas sim a ausência, no momento da entrada, de um estatuto jurídico de migração de instalação ou de povoamento» (1994: 21-24). A partir do momento em que os Estados-nações se constituíram e que as fronteiras passaram a definir o nacional e o Outro, o destino que se desenhava para o estrangeiro era o do regresso ao país de origem. Por isso se manteve vago o conceito de «migrante»². As políticas públicas, nos países europeus que recorreram à mão de obra imigrada, preocupavam-se essencialmente com a regulamentação da entrada dos trabalhadores de que calculavam vir a precisar para o seu desenvolvimento. As chamadas políticas de «acolhimento» e posteriormente de «integração» só intervieram depois do encerramento das fronteiras, em meados dos anos setenta, quando o reagrupamento familiar se acentuou, e se deu a tomada de consciência da seden-

² É possível, contudo, notar algumas excepções entre populações que mantêm uma ligação especial com o país de acolhimento, quer em função da sua história colonial, quer devido ao conceito de nação. Assim aconteceu em França com os «repatriados» com chamadas «raízes europeias» após a independência da Argélia. Bom número desses «repatriados» era de origem maltesa, italiana, espanhola e não tinham qualquer ligação com a França metropolitana a não ser a da nacionalidade adquirida na Argélia em função do «direito do solo». Esta migração de instalação pode ser comparada à situação que resulta do artigo 116 da Lei fundamental alemã segundo a qual uma pessoa com ascendência alemã se pode tornar alemã se manifestar o desejo de se instalar na Alemanha.

tarização dos imigrantes — magrebinos (especialmente na França e na Bélgica) ou turcos (principalmente na Alemanha).

Devido a esta concepção dos países de acolhimento, os «migrantes» raramente chegavam à Europa com o projecto confessado ou mesmo consciente de aí «criar raízes». Mesmo quando a estadia se prolongava mais do que o previsto e se ia tornando evidente que o regresso só viria a ser possível nas férias ou depois da reforma, acabando a família por vir também e instalar-se, a ligação com a sociedade de origem tendia sempre a manter-se, com a aldeia, com os seus. Não perder o contacto é não parecer aos olhos da família, muitas vezes numerosa, totalmente separado das origens e, especialmente para os não europeus, adaptado ao mundo ocidental. Esta ligação constituía uma espécie de garantia: o regresso seria sempre possível.

O lugar consignado às mulheres é tanto mais estratégico quanto estas famílias são originárias de sociedades ditas tradicionais. As mães, sobretudo as de países de cultura muçulmana, são responsáveis por incarnar a permanência, cabendo-lhes garantir pelo seu comportamento que não haja ruptura com as normas do país. As raparigas, quer tenham ou não adquirido a nacionalidade do país de residência, permanecem marcadas pela vinculação a um outro sistema jurídico e cultural. Vigiadas de perto por pais e irmãos, têm de chegar virgens ao casamento, e a possibilidade de uma união forçada paira sobre os seus destinos.

Precocemente marcada por um enfraquecimento demográfico antigo, agravado pelo peso das guerras, a França ocupa na Europa uma posição singular que merece que nela nos detenhamos. Ao contrário do Reino Unido, da Alemanha ou da Itália, por exemplo, a França nunca foi um país de partida, um país de emigração. Desde a segunda metade do século XIX, acolheu estrangeiros vindos, na sua maioria, dos países fronteiriços (Bélgica, Itália, Alemanha) para trabalhar na agricultura, nas minas, na siderurgia. Desses trabalhadores, nem todos regressaram. A França ocultou e chegou mesmo a negar durante muito tempo esta dimensão da sua história demográfica. Os debates sobre a nacionalidade que percorreram todo o século, prolongando-se pelo período entre as duas guerras mundiais, mostram bem como se processou a «assimilação» destes estrangeiros. Evocar esses debates reveste-se de particular interesse para a questão aqui abordada, uma vez que revela a dessimetria de tratamento entre homens e mulheres.

O código civil de 1804 optara, em matéria de atribuição da nacionalidade, pelo «direito do sangue», fazendo ao mesmo tempo da mulher casada uma menor em termos civis. Para se ser francês era necessário ser filho de pai francês. A partir de 1849, a presença, em território nacional, de estrangeiros sedentarizados e com filhos levou os representantes da nação a preocuparem-se com o número de jovens que escavavam, por terem nacionalidade estrangeira, às obrigações militares. Alguns parlamentares sublinham então a necessidade de considerar franceses os filhos de estrangeiros nascidos em solo nacional. O «direito do solo», como se chama à regra que toma em linha de conta o local do nascimento para a atribuição da nacionalidade, não foi, como tantas vezes se ouve nos discursos políticos de há uma dúzia de anos a esta parte, uma «generosidade» francesa. Foi antes a resposta a uma necessidade concreta: a de absorver os filhos dos estrangeiros na nação em guerra. Nos debates que começaram a fazer recuar o até então exclusivo «direito do sangue», em 1849 (e posteriormente em 1851, quando se decide que as crianças nascidas em França de pais estrangeiros, que por sua vez tenham já nascido no território, serão consideradas francesas ao atingirem a maioridade), a razão invocada é a de que estes jovens, que comeram o nosso pão e que foram educados nos bancos das nossas escolas, devem em consequência disso estar sujeitos aos mesmos deveres dos jovens de origem francesa, ou seja, devem poder ser recrutados pelo exército. Raciocina-se sempre em função dos homens, uma vez que só os homens vão à guerra nos exércitos da República. Não deixa de ser útil, deste ponto de vista, salientar que os debates sobre a nacionalidade se sucedem aos debates acerca da defesa nacional no período entre as duas guerras. Desses debates as mulheres estão ausentes.

Elas vão contudo acabar por aparecer, mas enquanto francesas e mulheres de migrantes. Com efeito, em consequência da hecatombe de jovens mancebos entre 1914 e 1918, o «mercado matrimonial» no período entre as duas guerras ficou desequilibrado. Num mesmo nível etário, os franceses são menos numerosos do que as francesas. As francesas que se casam com estrangeiros que residem em solo nacional de imediato perdem a nacionalidade francesa. E as crianças, melhor dizendo, os filhos, pois são eles que importam, têm nacionalidade estrangeira. E aí reside uma ameaça para a nação e para a sua defesa. A lei da nacionalidade de 1927 — cujo objectivo principal é o de facilitar as

naturalizações — vem permitir que as francesas casadas com um estrangeiro conservem a nacionalidade e a transmitam aos seus filhos. Esta lei é uma das primeiras a introduzir no Código Civil a igualdade entre homens e mulheres. Mas é bem evidente que não foi votada a pensar no interesse das mulheres...

Da lei de 1889 que consignou o «direito do solo» (daqui em diante, os filhos de estrangeiros nascidos em França e aí residindo regularmente há cinco anos são considerados franceses ao atingirem a maioridade) à chamada lei «Méhaignerie» (do nome do ministro da Justiça) de 1983, permitiu-se que os filhos de estrangeiros nascidos em solo francês e aí residindo ao atingirem a maioridade³ fossem absorvidos pela nação, a menos que, por um acto de vontade, recusassem formalmente a nacionalidade francesa. Isso não significa, porém, como disse o dirigente de extrema direita Jean-Marie Le Pen, que crianças estrangeiras se tornem francesas sem o saberem e sem o desejarem. Ninguém, em França, quer seja francês por filiação ou por ter nascido no território, recebe em sua casa, pelo correio, o bilhete de identidade ou o passaporte. O «direito do solo» apenas veio dar a possibilidade aos filhos de estrangeiros nascidos em França de não serem obrigados a pedir a naturalização, que implica um longo processo, estando-se sempre sujeito ao risco de uma recusa dificilmente contestável em tribunal. Estes jovens nascidos em França apenas têm que apresentar no tribunal da instância uma certidão de nascimento e fazer prova de que residiram no país, de forma continuada, nos cinco anos que precederam a maioridade.

A integração na nação motivada pelo «direito do solo» foi silenciosa. Permitiu que se fizesse economia da interrogação sobre a natureza da imigração e do seu destino. É portanto a concepção de Ernest Renan que prevalece. Ser francês é «um plesbicito diário». A imigração teve como causa primeira a necessidade de mão de obra nos países de acolhimento. De geração em geração, contudo, uma boa parte foi-se transformando numa imigração de povoamento. Mas estes novos cidadãos tinham de esquecer e de fazer esquecer, pelo menos no espaço público, as suas origens, afrancesando os seus nomes, por exemplo, e dando aos filhos nomes franceses. Concepção diferente, diga-se a propósito, da que preva-

² A lei de 1889 considera franceses ao atingirem a maioridade os filhos de estrangeiros e não os netos.

leceu na Alemanha, país de imigração mais tardia, que não se viu confrontado com o problema da integração de migrantes sedentarizados no exército, e onde o direito de sangue continuou a prevalecer, o que se traduz na existência de netos de trabalhadores turcos vindos para Frankfurt nos anos cinquenta que continuam actualmente a ter a nacionalidade turca. Em todo o caso, porém, o discurso sobre o inelutável regresso dos imigrantes recentes tem sido repetido até há pouco tempo. O facto de se continuar a considerar os trabalhadores migrantes como supletivos temporários de uma população activa insuficiente para reconstruir o país e concorrer para a sua expansão económica tem contribuído para ocultar as mulheres migrantes.

A segunda razão do silêncio que envolveu a existência de mulheres migrantes deve-se ao facto de que, devido à especificidade dos seus modos de migração, permaneceram por muito tempo quase invisíveis, por razões que importa agora esclarecer. É fácil de compreender que mulheres, chegadas na companhia de um trabalhador, ou tendo ido ter com ele a França, à Bélgica, à Alemanha ou à Dinamarca no âmbito do reagrupamento familiar, tivessem passado despercebidas. Grande parte delas ficou confinada, anos a fio, ao espaço doméstico. Nem sempre falavam a língua do país de imigração e apenas tinham contactos esporádicos com a sociedade envolvente. Esta imagem clássica da mulher migrante corresponde a uma realidade, mas oculta outra. Com efeito, estrangeiras houve que se deslocaram sozinhas, como trabalhadoras. Esta negligência da história e da sociologia das migrações tem pelo menos duas causas. A primeira é de ordem geral: a história e a sociologia foram maioritariamente produzidas por homens que quase sempre falam da sociedade ignorando a dimensão da diferença sexual. A segunda relaciona-se com a persistente ilegitimidade das mulheres no mundo do trabalho assalariado. A despeito da entrada maciça das mulheres no mercado do trabalho ao longo destes últimos trinta anos, a ideia de que o lugar delas é em casa continua firme. Não é por isso de estranhar que as mulheres migrantes tenham sido vistas apenas como esposas, mães, donas de casa. As migrações de mão de obra, embora essencialmente masculinas, nunca o foram exclusivamente. Estamos perante uma zona de sombra na história das migrações que é difícil restaurar, a menos que se recorra a inquéritos qualitativos. Faltam estatísticas. Como sublinha George Photios Tapinos em relação ao caso francês, «o simples

facto de ter sido considerado desnecessário, pelos serviços de imigração, indicar o sexo dos cônjuges entrados ao abrigo da imigração familiar revela o conceito do processo migratório que prevaleceu ao longo dos anos 50 e 60» (1992: 29-60).

Este silêncio em relação ao sexo leva a pensar que o reagrupamento apenas teria dito respeito a mulheres e crianças. Ora, a verdade é que não só mulheres isoladas vieram para trabalhar, como numerosas foram as que tiveram a clandestinidade como primeiro «estatuto»⁴. As acções de regularização que tiveram lugar em Espanha e em Itália ao longo destes últimos anos confirmam a realidade persistente de uma migração do trabalho feminino. O estudo levado a cabo junto de 10.000 migrantes que regularizaram a sua situação em Espanha, em 1990, mostra que, se a maioria dos estrangeiros que beneficiaram da regularização foram efectivamente homens, certos grupos nacionais são maioritariamente compostos por mulheres sozinhas. É o caso das mulheres oriundas das Filipinas, da República Dominicana e de Cabo Verde (OCDE, 1994: 51). De igual modo, em Itália, as migrantes oriundas das Filipinas, de Cabo Verde, da Ilha Maurícia, do Sri Lanka ou da Eritreia (Campani, 1989: 29-49) são mais numerosas do que os seus compatriotas masculinos entre os trabalhadores que entram sem estatuto no mercado de trabalho. Estes indicadores incitam-nos a reler a história e a descobrir se terá havido, ainda que marginal, uma imigração de mulheres isoladas. Parece-nos hoje que, quando a oferta é favorável às mulheres, elas emigram desde que as condições nos países de origem não refreiem esse movimento. «Esta imigração», constata Giovanna Campani em relação à Itália, «é em grande parte induzida pela oferta de trabalho doméstico. Mas está também ligada às mudanças em curso no seio das estruturas familiares e rurais e dos sistemas de representação e valores tradicionais dos países do terceiro mundo. Conforme os casos, a imigração continua dominada por um projecto familiar ou exprime uma vontade de emancipação» (1989: 29-49).

A chegada de estrangeiras não causou qualquer preocupação. Pelo contrário, nos casos de reagrupamento familiar tranquilizou mesmo os autóctones. Os trabalhadores isolados eram, nos fantasmas colectivos, uma ameaça para as «nossas» mulheres e para as «nossas» filhas. A chegada de uma

⁴ A operação de regularização de 1981-1982 mostrou que as mulheres representavam 20% dos trabalhadores que regularizaram as suas situações.

esposa vinha «estabilizá-los». Após o trabalho, passariam a ir para casa em vez de ir para o café. Além disso, as mulheres não perturbam a ordem pública. Quase não aparecem, ou aparecem pouco, nas estatísticas da delinquência. Não fazem manifestações. Pelo menos até à mobilização dos «sem papéis» em 1996, em que tiveram papel importante, nunca se viam nos movimentos de protesto⁵. As mulheres migrantes, de resto, quase não se vêem. Algumas, com efeito, vivem reclusas. Em 1994, descobri em Dreux, num clube de costura frequentado por umas quarenta mulheres do Magrebe, da Turquia e do Mali, que apenas duas delas se exprimiam em francês, se bem que três quartos dentre elas vivesse em França há mais de dez anos. O carácter utilitário deste clube, ao ajudar a fazer face às necessidades de vestuário da família, tinha-lhes, enfim, permitido sair de casa, coisa que até então os maridos não deixavam que fizessem sozinhas. Grande parte destas mulheres, mesmo quando não estão fechadas em casa, estão pouco presentes na rua, a não ser para as idas ao supermercado. Observar um bairro suburbano francês permite, de resto, observar a diferença de comportamento entre mulheres e homens. As primeiras circulam, deslocam-se de um lugar para outro sem se deterem, tanto as mais velhas como as adolescentes. Os homens, e em especial os mais jovens, ocupam o espaço, discutem em pequenos grupos, deixam-se ficar encostados às paredes.

Por último, as mulheres migrantes, mesmo quando fazem parte do mercado de trabalho, não são apresentadas como uma ameaça para o emprego de nacionais. Tal como os imigrantes em geral, ocupam postos desprezados pelos autóctones por serem mal pagos e socialmente desvalorizados. Trabalham sobretudo, o que contribui para a sua invisibilidade, no sector doméstico e na economia informal. São consideradas discretas, sérias, competentes. Ora, o que não perturba não suscita nem atenção, nem medo, nem reprovação.

As mulheres migrantes, em especial as de cultura muçulmana e as oriundas dos países da África negra, surgiram na cena pública ao protagonizar as primeiras páginas dos jornais, invadindo o discurso político desde finais dos anos oitenta. A polémica à volta do uso do lenço na escola, em

**A emergência
das migran-
tes: entre
diabolização
e instrumen-
talização**

⁵ Embora, como será dito mais adiante, a imprensa não as tivesse visto como estando na origem do movimento.

França, na Bélgica e no Québec, e a que se gerou à volta da poligamia, em França, contribuíram para revelar a sua presença. Ao lenço e à poligamia, elementos perturbadores da ordem nacional, responde, apesar de tudo, a esperança depositada nas mães, que são vistas como agentes da integração.

Com o «problema» do lenço e com a polémica sobre a poligamia, o que está a ser dito é a impossibilidade, ou a dificuldade, da integração cultural de estrangeiros magrebinos, turcos ou africanos sub-saarianos. Em 1989 e em 1994, a reivindicação do uso do lenço no espaço da escola, por parte de algumas alunas do segundo e terceiro ciclo, provocou vivo debate. Sempre houve raparigas que foram para a escola de lenço. Como podemos constatar, os lenços vão e vêm, aparecem e desaparecem, em função sobretudo do contexto político (nacional e internacional). O debate à volta da questão do lenço, tal como decorreu em França sobretudo, deve ser por isso essencialmente analisado dentro do contexto ideológico e político nacional. As jovens muçulmanas, antes do desencadear da polémica, costumavam ser descritas como raparigas exemplares, alheias à delinquência, melhores alunas que os irmãos na escola. Inspiravam simpatia, tinha-se mesmo alguma pena delas. Não eram elas que acabavam por sofrer as consequências da má reputação dos irmãos? Não eram vítimas do autoritarismo que eles exerciam? Mas foram precisamente raparigas muito jovens que surgiram, abruptamente, nas notícias. Vinham perturbar a «ordem republicana» no âmago do seu santuário, a escola pública. Simbolizavam a inesperada presença do Islão na sociedade nacional. Em função da realidade internacional marcada pela ascensão do islamismo radical, depressa se passou do lenço ao tchador, do Islão ao fundamentalismo. O lenço de suas mães e avós, tão presente nas zonas suburbanas, nunca tinha preocupado ninguém. Era apenas o lenço da imigrante. Indicava que essas mulheres continuavam a viver de acordo com os costumes dos seus países de origem e que, com certeza, um dia mais tarde para lá voltariam. O lenço de suas filhas, frequentemente já nascidas em França, e cujo destino esperado é o de aí continuarem a viver, veio questionar a chamada França da «integração»⁶, pondo-a perante a expressão de uma diferença religiosa e cultural no espaço

⁶ Em referência ao título do livro de Dominique Schapper, *La France de l'intégration* (1991).

público. O debate gerado tem pouco de racional. A paixão domina. A instituição escolar, desamparada, discutiu com as famílias, com os representantes do Islão em França e até com as autoridades de Marrocos⁷. As raparigas, porém, só de fugida foram vistas, ninguém as ouviu. Foram o juguete das representações simbólicas da nação, da República, da escola e da sua crise.

A acalorada polémica sobre a questão da poligamia foi suscitada por um passo dum discurso pronunciado numa reunião pública, em 1991, por Jacques Chirac: «O pai vive encafuado com três ou quatro mulheres e uns vinte filhos. Recebe 50.000 francos de abonos sem, evidentemente, trabalhar. Se a isto se juntar o barulho e o cheiro, o trabalhador francês perde a cabeça.» Durante várias semanas estas afirmações foram largamente comentadas. Os jornalistas fizeram inquéritos sobre a realidade da poligamia, ignorando, na maior parte dos casos, que a lei francesa tolera a poligamia entre estrangeiros se a lei dos seus países autorizar a esses homens uniões múltiplas. Foram postos a circular números, geralmente fantasistas, sobre as famílias poligâmicas residindo habitualmente em França.

O caso do lenço foi muito mais um pretexto para relançar a discussão do problema sobre o lugar do Islão nas nossas sociedades — já antes abordado a propósito do pedido de autorização para a construção de mesquitas — do que ocasião para reflectir sobre a igualdade entre os sexos. Como observou a este propósito Jacqueline Costa-Lascoux, «o debate sobre a laicidade foi um dos mais ricos (...) sobre o sexismo esteve totalmente ausente» (1991: 5-10). A presença de polígamos a viver em França com as suas co-esposas apareceu como «um concentrado simbólico de imigrantes» (Poiret e Guégan, 1992: 8). Questões escritas postas por parlamentares aos ministros competentes (Monéger, 1991: 12-14), algumas «pequenas frases» pronunciadas por responsáveis políticos (Gaspard, 1992: 181-196), o tratamento dado pela imprensa, os comentários de sociólogos — que não eram necessariamente especialistas em imigração e em especial neste aspecto particular das migrações Norte/Sul — suscitaram a emoção dos actores confrontados com esta realidade e dos raros sociólogos e juristas que conheciam o

⁷ O problema das alunas de Creil, em 1989, resolveu-se através de mediação do rei de Marrocos junto das famílias envolvidas. Ver Françoise Gaspard e Farhad Khosrokhavar, *Le foulard et la République* (1995).

assunto⁸. A dimensão feminina da questão, tal como no caso do lenço, nunca foi evocada em termos da igualdade entre mulheres e homens. Tratou-se menos da questão da sujeição das mulheres do que da co-habitação, vista como necessariamente conflituosa, entre práticas culturais. Não foi a legitimidade ou a ilegitimidade das práticas poligâmicas que esteve no âmago do debate, mas sim a presença de famílias poligâmicas em França, devido, em especial, aos encargos que representariam para os orçamentos públicos. Outra pequena frase é a este propósito sintomática, mostrando que esta questão — provavelmente por se tratar de um assunto que diz respeito antes de mais às mulheres — não consegue passar para o campo político. Essa frase foi pronunciada, no calor do debate público, por Jean-Louis Bianco, então ministro da Solidariedade Social do governo do socialista Pierre Bérégovoy: «Se a nossa sociedade não estivesse em crise, poderíamos admitir a poligamia. Mas na situação actual, não» (*Libération*, 12/11/92). É bem elucidativa, parece-nos, sobre o estado das relações sociais entre os dois sexos em França, a propósito das quais uma obra que obteve um importante sucesso em 1995⁹ afirma que historicamente se baseiam na cortesia...

Ao mesmo tempo que a França se preocupava com o lenço e a poligamia, os poderes públicos não cessavam de se interrogar sobre o que chamam instabilidade dos bairros suburbanos (*banlieues*). Desde o início dos anos oitenta, a palavra *banlieue* simboliza alguns dos medos sociais deste fim de século, fantasmas também duma parte da população que só de longe os vê. Aí se concentra a exclusão social, a imigração, a delinquência e muito em especial o tráfico de droga — violências eruptivas qualificadas de «motins» pela imprensa. A distância entre as imagens desses bairros veiculadas pelos *media*, o imaginário colectivo, e a percepção que deles tem quem neles vive, é por vezes considerável. Hoje, as mulheres migrantes — as que não usam lenço e não são co-esposas — são vistas pelos poderes públicos como os principais agentes da integração. A ideia segundo a qual as mulheres são um grupo estratégico donde emergem as actoras que vão contribuir para o equilíbrio das relações, que combatem os erros, que constituem «elos de ligação»

⁵ Dentre eles deve citar-se Edwige Rude Antoine. Ver em especial *L'immigration face aux lois de la République* (1992) e *Le statut personnel en France* (1994).

⁶ Mona Ozouf, *Les mots des femmes: essai sur la singularité française*.

(*relais*), que se tornam «mediadoras», não deixa de ter algum fundamento. Contudo, atribuir às mulheres migrantes, na sua globalidade, esta função de mediação e de integração é aceitar uma concepção tradicional da divisão dos papéis masculinos e femininos, uma concepção de carácter essencialista segundo a qual cabe «naturalmente» aos homens fazer as leis e às mulheres perpetuar os costumes, aos homens governar a sociedade e às mulheres transmitir os valores considerados imemoriais e estáveis. Se a autonomização das mulheres é essencial, é precisamente porque a igualdade das mulheres e dos homens pressupõe que as mulheres que continuam consignadas aos trabalhos domésticos possam aceder ao espaço público, ao trabalho assalariado, às funções de decisão. Ora, a reclusão das mulheres migrantes, sobretudo das africanas, continua a ser uma realidade geralmente ignorada. O acesso ao trabalho assalariado, mesmo para as que estudaram nos seus países, continua difícil. Quanto à participação nas decisões públicas, continua a ser marginal.

Uma análise da imprensa escrita nacional, de 1 de Janeiro a 15 de Abril de 1996, revela que os artigos consagrados à imigração são numerosos, que a chamada questão da imigração continua a ser uma questão política central. Contudo, as mulheres não se vêem, ou quase não se vêem. Imigrante continua a dizer-se no masculino. O lenço e a poligamia deixaram de ser actuais, deixaram de fazer vender revistas. Pelo menos por agora. Fala-se por isso menos das mulheres *relais*, a não ser num artigo do semanário *L'Express* onde são postas em paralelo com os «irmãos mais velhos», agentes de pacificação nos bairros suburbanos (*L'Express*, 1-7/2/96). Curiosamente, o jornalista não fala das «irmãs mais velhas», que, no entanto, desempenham um papel importante na vida associativa dos bairros. A questão central da actualidade é a dos estrangeiros sem papéis. Sabe-se, pelos jornais, que uns trezentos malianos reclamam a regularização da sua situação; entre eles há «cerca de cento e trinta crianças, a maior parte de pouca idade, e doze famílias polígamas» (*Le Figaro*, 11/4/96). Porém, nenhum diário ou semanário se refere à repartição por sexo dos africanos que ocupam uma igreja parisiense, nos finais do mês de Março de 1996, e que são ameaçados de recondução à fronteira. Apenas as fotografias permitem concluir que entre eles há um número considerável de mulheres. Nesta questão da recondução à fronteira, quando se fala das mulheres é através dos

seus filhos. «Ameaçado de expulsão, bebé de nove meses detido para averiguações» é o título do diário *Libération* (11/2/96). Evidentemente, a mãe também está detida para averiguações. São raparigas muito jovens sobre quem pende a ameaça de excisão no país de origem que levam a imprensa a divulgar a decisão do tribunal de Lyon de mandar suspender o mandato de recondução à fronteira duma guineense que solicitara asilo. Quanto às muçulmanas que se batem contra o fundamentalismo, só se fala delas na Argélia, a não ser que uma militante argelina obtenha a título excepcional o estatuto de refugiada, por correr risco de vida no seu país pelo facto de ser mulher. Quando as mulheres aparecem é subrepticamente e como elementos decorativos. Assim acontece num longo artigo, com laivos de xenofobia, do diário *Le Figaro*, intitulado «Imigração: o paroxismo de Beaucaire». Aí, o jornalista descreve o centro desta cidade do Sul da França onde vivem numerosos magrebinos, turcos e africanos negros: «É uma cidade árabe. Uma pequena cidade. E tem um charme louco. Quando o sol brilha, espreguiça-se ao longo do canal. Hoje é dia de mercado. É no cais que se faz o *souk*.^{*} É grande a animação. As mulheres de vestidos de lã marroquina, caras tatuadas e braços pejados de filhos, fazem chinfrim à volta dos vendedores de legumes; num canto, a algarviada dos velhos nas suas túnicas, a preparar as apostas; os jovens com ar de marialvas de *casbah*, bonés com a pala para trás, blusões negros de retalhos, fazem roncar as motorizadas por simples prazer.» (*Le Figaro*, 4/4/96). O jornalista não poupa nos clichés que sempre se usam para falar dos migrantes. Quanto às mulheres, estão ali postas para contribuir para o pitoresco do quadro. Fazem chinfrim (como todas as mulheres...). Estão pejadas de filhos (como todas as mulheres migrantes...). E das mulheres não se volta a falar neste artigo. As raparigas, por exemplo, estão ausentes. Certamente porque o jornalista não se cruzou com nenhum lenço.

As migrantes e suas filhas não constituem uma população homogénea, e isso, antes de mais nada, porque a migração é um processo. É possível, contudo, destacar alguns traços que são comuns às mulheres. Em muitos casos, na origem da migração que tem como finalidade o reencontro com o

* Optou-se por não traduzir a palavra *souk*, utilizada nos países do Magrebe para designar os mercados realizados ao ar livre, porque se considerou que o equivalente mais próximo em português, que seria feira, não transmite toda a riqueza conotativa associada à palavra original (NT).

marido, está um desejo de libertação, de autonomização. Gaye Petek-Salom afirma em relação às mulheres turcas: «Quando o marido parte para trabalhar na Europa, a mulher fica a viver com a família do marido. Deve obediência à sogra. Uma vez emigrada ou, mais frequentemente pelo menos, “chamada” pelo marido, alcança finalmente o estatuto de mulher principal da família, de esposa e de mãe de pleno direito, visto que, frequentemente na Turquia, desde o casamento e até ao nascimento de vários filhos, ou até à morte dos sogros, a mulher vive com eles, e aos olhos do marido vem claramente em segundo lugar» (Petek-Salom, 1983: 161-180). O que é verdade em relação às mulheres turcas, é-o igualmente em relação às mulheres da África do Norte e sub-saariana, sobretudo as oriundas de zonas rurais onde o sistema patrilinear continua a vigorar. Constata-se também que, entre algumas migrantes, o desejo de deixar o país por um anseio de emancipação (se não para elas, pelo menos para suas filhas) se traduz numa estratégia matrimonial: casam-se com um imigrante com a finalidade de deixar uma sociedade que entrava a liberdade das mulheres (Boulahbel-Villac, 1989). O desejo de regresso ao país, ao fim de vários anos de estadia, parece ser, de uma maneira geral, menos forte entre as mulheres migrantes, do que entre os homens imigrantes, em especial entre as que são oriundas de países onde a condição das mulheres é marcada por uma posição de inferioridade, tanto *de facto* como *de jure*. Isso traduz-se, às vezes, no regresso ao país apenas do marido. A mulher fica no país de acolhimento, sobretudo quando tem filhos, e em especial filhas, que aí nasceram ou cresceram. Tanto eles como elas se sentem estranhos e estrangeiros na terra de seus pais, cuja língua frequentemente não falam, ou falam mal. As mulheres que migraram sozinhas para trabalhar parecem ter tido como objectivo o regresso ao país após conseguirem economizar para construir uma casa e estabelecer-se por conta própria. Este projecto, porém, é susceptível de mudança durante a migração. Em muitos casos, a perspectiva ou o desejo de regresso parece esbater-se, quer por se revelar aleatório por razões políticas ou económicas, quer ainda porque, mesmo que limitada, a integração económica e social na sociedade de acolhimento apresenta vantagens ou satisfações individuais a que se torna difícil renunciar.

Ao longo dos nossos inquéritos podemos constatar que a nostalgia em relação ao país de origem se exprime com mais força nos homens do que nas mulheres. No que respeita aos

filhos dos migrantes, encontramos a mesma diferença de atitude conforme os sexos. Os rapazes dizem mais facilmente que o seu país é o dos pais, e que fazem tenção de «regressar», enquanto as raparigas, afirmando embora a fidelidade às suas famílias e às suas culturas, excluem esse «regresso». De resto, parece que, para as migrantes instaladas, a adaptação, apesar das condições sociais difíceis, é de certo modo superior à dos homens da mesma origem. Deverá analisar-se esta diferença de atitudes em função do sexo, como fazem alguns autores, entendendo-a como o resultado de uma capacidade de adaptação até certo ponto socialmente adquirida? Possuirão as mulheres, porque destinadas a deixar a sua família para se integrarem na do cônjuge, uma capacidade especial para «migrar» e, por consequência, para se adaptarem a outro meio? Rejeitamos completamente esta análise. Mas parece-nos que, em contrapartida, existem indicadores da integração nacional, cultural e social na sociedade de acolhimento. A primeira é a dos chamados casamentos «mistos», que dizem respeito à união de um ou de uma nacional e de um estrangeiro ou estrangeira. Estudos recentes mostram que a taxa de casamentos mistos varia de país para país na Europa. Contudo, por todo o lado estão a aumentar. Representaram em França, por exemplo, 11,8% do total de casamentos em 1991, contra 6,2% em 1980.

A entrada no mercado de trabalho é um outro indicador. Estamos a assistir àquilo a que Georges Tapinos e Anne de Ruyg chamam a «*maturação do processo migratório*» (1994: 173-195). A feminização da população estrangeira tem sido acompanhada por aumento regular da taxa de actividade das estrangeiras. As mulheres, que só constituíam 40% da população estrangeira a viver em França em 1975, representavam, em 1990, cerca de 45% dessa população. Apesar de os conhecimentos em matéria de actividade continuarem a ser lacunares (e a importância do trabalho informal ocultar uma parte da realidade), em termos globais as mulheres parecem acompanhar¹⁰, com um desfazamento no tempo e com diferenças em função da nacionalidade, a mesma evolução das autóctones. O acesso ao mercado de trabalho, mesmo quando essas mulheres possuem formação adquirida nos seus países de origem, continua a ser mais difícil do que

⁷ É conveniente, contudo, considerar inúmeras variantes nesta generalização. Ver a este propósito Tapinos (1992: 29-60).

para os homens. A esta situação no mercado de emprego — também porque de facto a função pública (sector de empregos femininos por excelência) está normalmente vedada aos residentes não europeus — vem adicionar-se, para as mulheres que emigraram para se juntarem aos maridos, a dificuldade de obtenção de uma autorização de trabalho. Nos casos em que a obtêm e encontram um emprego, constata-se que este é frequentemente precário e exige habilitações inferiores às que elas possuem. Esta característica não é, evidentemente, específica das migrantes. Mas as estrangeiras constituem, no que respeita a empregos não qualificados ou pouco qualificados, uma espécie de «sub-segmento» do mercado feminino do trabalho, já de si mais limitado do que o dos homens. Os inquéritos que efectuámos junto de raparigas adolescentes, filhas de magrebinos, a fazerem a escolaridade não permitem revelar diferenças em relação às suas colegas com pais de origem francesa no que respeita ao modo de encarar o futuro. Na quase totalidade, tanto umas como outras excluem maioritariamente o modelo da mulher dona de casa. Em contrapartida, constatámos que as primeiras ligam mais importância do que as segundas ao êxito escolar, que associam à possibilidade de virem a ter acesso ao mercado de trabalho, o que consideram condição da autonomia a que aspiram.

Fazer entrecruzar a história das mulheres e a chamada história geral abre um imenso campo de trabalho. Está à nossa frente. Para lá chegar é preciso romper o muro de silêncio, é preciso permitir que as mulheres saiam da invisibilidade e se assumam como atrizes da sua história e da História. É igualmente preciso elaborar um aparelho estatístico adequado e desenvolver as investigações tanto sobre as mulheres como sobre as relações sociais dos sexos. Isso diz respeito a todas as mulheres, qualquer que seja a sua origem ou nacionalidade. A situação das migrantes é contudo específica, sobretudo quando oriundas de países onde o seu estatuto pessoal e social continua a ser marcado pela desigualdade entre os sexos. A sua integração na nação, na cultura e na sociedade francesa é, além disso, diferente da de outros países, na medida em que, por causa da tradição republicana, a problemática anglo-saxónica do «género» dificilmente se consegue impor. A igualdade proclamada na lei é considerada suficiente. As desigualdades verificadas nos factos são vistas não como fenómenos de exclusão e de dominação, mas como consequência do atraso das mulheres em

relação aos homens que naturalmente se há-de resolver. O silêncio sobre as mulheres estrangeiras e de origem imigrante e a sua instrumentalização têm de ser analisados neste contexto. ■

Tradução de Carmo Monteiro

Referências Bibliográficas

- Boulahbel-Villac, 1989 «Stratégies professionnelles et familiales des femmes algériennes», *EHESS/CNAF/AIRESSE*, Paris.
- Boutang, Yann 1994 «Les systèmes migratoires: analyse comparative et études de cas, typologie, évolution et performance des principaux systèmes migratoires», *Migration et développement, un nouveau partenariat pour la coopération*. Paris: OCDE, 21-41.
- Moulier; Demétrios Papademetriou
- Campani, Giovanna 1989 «Du Tiers-Monde à l'Italie: une nouvelle immigration féminine», *Revue Européenne des Migrations Internationales* 5 (2), 29-49.
- Costa-Lascoux, 1991 «Des femmes à part entière», *Informations Sociales* 14 (Out/Nov), 5-10.
- Jacqueline
- Gaspard, Françoise 1991 *Une petite ville en France*. Paris: Gallimard.
- Gaspard, Françoise 1992 «La société française confrontée à la polygamie: quelques éléments de réflexion», *Revue française des affaires sociales*, Dezembro, 181-196.
- Gaspard, Françoise; 1995 *Le foulard et la République*. Paris: La Découverte.
- Farhad
- Khosrokhavar
- Gaspard, Françoise 1997 *Madame le ...* Paris: Grasset [1978].
- Levi-Bacci, Massimo 1993 «Déséquilibre nord-sud et migration: une approche comparative des expériences nord-américaine et européenne», *Migrations internationales: le tournant*. Paris: OCDE, 39-50.
- Monéger, Françoise 1991 «La polygamie en question», *La semaine juridique* 37, 12-14.
- OCDE 1994 *Tendances des migrations internationales, Rapport annuel, 1993*. Paris: OCDE.
- Ozouf, Mona 1995 *Les mots des femmes: essai sur la singularité française*. Paris: Fayard.
- Petek-Salom, Gaye 1983 «Après Kemal Ataturk, qu'en est-il de l'émancipation des femmes?», *Peuples Méditerranéens* 22/23 (Jan/Jun), 161-180.
- Poiret, Christian; 1992 *L'habitat des familles polygames en région Ile-de-France*.
- Christiane Guégan
- Rude-Antoine, 1992 *L'immigration face aux lois de la République*. Paris: Karthala.
- Edwige
- Rude-Antoine, 1994 *Le statut personnel en France*. A.D.R.I.
- Edwige
- Schnapper, 1991 *La France de l'intégration*. Paris: Gallimard.
- Dominique
- Tapinos, Georges 1992 «Immigration féminine et statut des femmes étrangères en France», *Revue française des affaires sociales*, Dezembro, 29-60.
- Tapinos, Georges 1994 «L'impact macro-économique de l'immigration: revue critique de la littérature depuis le milieu de la décennie 70», *in OCDE, Tendances des migrations internationales, Rapport*